

MUSEU DA ESCOLA CATARINENSE EM SOBREVIVÊNCIAS POSSÍVEIS

Sandra Makowiecky / Universidade do Estado de Santa Catarina

RESUMO

O Museu da Escola Catarinense (MESC) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) recebeu durante o ano de 2013 uma série de melhorias em sua estrutura física para sediar a 12ª edição da Mostra Casa Nova. A ação fez parte de dois projetos do Plano do Gestão 2012-2016 da UDESC: o Projeto Museu Vivo, que tem como objetivo a conclusão do restauro/recuperação do museu para ampliação de suas atividades ao público em geral, e o Projeto de Parceria Público-Privada, que busca recursos para melhoria da infraestrutura da instituição. A Mostra buscou valorizar a rota cultural no Centro da Capital e contribuir com a preservação do patrimônio histórico contando com a colaboração de expositores e empresas parceiras. Ao final, vários questionamentos que cabem na discussão sobre patrimônio histórico merecem uma atenção, para além do fato em si.

PALAVRAS-CHAVE

museu; recuperação; patrimônio histórico.

ABSTRACT

The *Museu da Escola Catarinense* (MESC) of the Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) received during 2013 a series of improvements in its structure to hold the 12th edition of the Mostra Casa Nova. The action was part of two projects of UDESC's Management Plan 2012-2016: the Projeto Museu Vivo, which aims the conclusion and restoration/recuperation of the museum to the amplifying of its activities to the public in general, and the Projeto de Parceria Público-Privada, which searches resources to the improvement of the institution's infrastructure. The Mostra intended to value the cultural route in the Capital Downtown and to contribute to the preservation of the historic patrimony, counting on the collaboration of expositors and business partners. In the end, many questionings that can fit the discussion about historic patrimony deserve an attention, to beyond the fact itself.

KEYWORDS

museum; recuperation; historic patrimony.

Problemática e pontos para discussão

Cabe ressaltar de início, a consciência de que este trabalho trata apenas de um relato histórico sobre uma intervenção realizada em um edifício tombado, sem a pretensão de se constituir em uma pesquisa na área de Patrimônio, Conservação e Restauro. Busca talvez deixar exposta a preocupação e os questionamentos realizados por um “espectador emancipado”, no dizer de Rancière (2012), ou seja, um espectador que busca sua emancipação pautada na afirmação de sua capacidade de ver o que vê e de saber o que pensar e fazer a respeito, em certo estado intermediário entre a passividade e a atividade. Como membro da COTESPHAN (Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico e Natural do Município de Florianópolis) desde 1996 representando a UDESC, em períodos alternados e defensora da área do Patrimônio Histórico em todas as suas dimensões, afirmo que mesmo assim, não foi fácil perceber o que norteou os trabalhos realizados no museu, a cargo dos órgãos competentes da área de preservação. Talvez por falta de tempo, talvez porque é assim mesmo que se faz, mas a curiosidade e necessidade me levam a querer entender melhor e deixar registrado um caso, talvez paradigmático na Ilha de Santa Catarina, para o campo do patrimônio Histórico. Não se faz aqui uma crítica aos órgãos de preservação, pelo contrário, trata-se de querer mais, contribuindo talvez para uma ampliação de práticas que já realizam, em se tratando de acesso ao conhecimento dos pressupostos teóricos empregados nas análises e avaliações. Desta forma, serão lembrados alguns dos pressupostos teóricos aplicados à conservação e restauração em geral, para tentar compreender quais destes foram utilizados pela Fundação Catarinense de Cultura e do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, do SEPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município, em suas análises e supervisão. Veremos neste artigo, uma estrutura sequencial de descrição dos fatos que evidentemente se confunde com a própria metodologia da construção do artigo, pois não se trata de um objeto de pesquisa, senão um estudo de caso que na visão da autora, mesmo irrelevante como contribuição para o campo da conservação, pretende apontar uma discussão pertinente para o campo histórico do Patrimônio. Afinal, ao nos depararmos com um prédio em estado de abandono, cabe esperar uma restauração completa ou cabe uma recuperação preventiva? E no

segundo caso, quais normas e critérios são utilizados hoje no Brasil? Existem normas bem rígidas ou as autorizações ficam a cargo do avaliador pelo órgão competente?

Pressupostos para o debate

A preservação da memória de um povo está diretamente relacionada à conservação de seu patrimônio cultural. A primeira legislação brasileira que normatiza o tombamento do patrimônio cultural é o decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que criou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e ainda vigora. O tombamento é apenas uma ferramenta para se preservar um bem. O que faz a UDESC neste quadro? Tenta manter de pé esse valioso monumento entendendo que a preservação da herança cultural do passado e sua transmissão ao futuro tem neste edifício, uma relação direta com a arquitetura, que por sua vez, tem uma relação indissociável com a História, para a afirmação cultural de uma nação que, nos vestígios do passado, encontra a possibilidade de transmitir sua herança cultural ao futuro. Como, a partir de uma complexa discussão do trinômio: preservação – conservação - restauração e considerando as teorias já difundidas, podemos compreender a dinâmica e as implicações de intervir no patrimônio cultural, nas suas perspectivas material e intangível, considerando os conceitos de autenticidade, integridade, identidade, responsabilidade e participação social e desenvolvimento sustentável? São muitas as perguntas e poucas as respostas. Ao entrarmos neste assunto, são inúmeras as questões que surgem e nas conclusões, voltaremos a elas.

Do que se trata

O Museu da Escola Catarinense (MESC) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), sediado em Florianópolis, recebeu durante o ano de 2013 uma série de melhorias em sua estrutura física para sediar a 12ª edição da Mostra Casa Nova, que aconteceu de setembro a novembro de 2013. A ação fez parte de dois projetos do Plano de Gestão 2012–2016 da UDESC: o Projeto Museu Vivo, que tem como objetivo a conclusão do restauro/recuperação do museu para ampliação de suas atividades ao público em geral, e o Projeto de Parceria Público-Privada, que

busca recursos para melhoria da infraestrutura da instituição. Como coordenadora do museu, fui a responsável pelo projeto, por parte da Udesc. A Mostra com tema *Pinacoteca* organizada pelo Grupo RBS, buscou valorizar a rota cultural no Centro da Capital e contribuir com a preservação do patrimônio histórico contando com a colaboração de expositores e empresas parceiras. O prédio neoclássico fica numa área antiga e rica da cidade, mas bastante abandonada e estava com a estrutura precária. A reforma e recuperação do museu foram benfeitorias herdadas pela cidade ao término do evento. Um dos objetivos da mostra que reuniu arquitetura, design, decoração e arte, foi despertar atenção para essa região que inclui, além do MESC, o Museu Victor Meirelles, a Academia Catarinense de Letras, a Travessa Ratclif e o Museu do Palácio Cruz e Sousa. “*Casa Nova 2013 – Aqui os grandes mestres se encontram*”, foi o tema do evento. O conceito foi de uma 'pinacoteca temporária', reunindo um *mix* de obras de pintores catarinenses e outros, dos clássicos aos mais contemporâneos. Elas fizeram parte da ambientação da maioria dos projetos desenvolvidos por mais de 50 arquitetos e decoradores, que homenagearam nomes das artes plásticas. Os visitantes percorreram 30 ambientes. A Mostra Casa Nova 2013 foi uma realização do Diário Catarinense, com apresentação de empresas parceiras, com curadoria de Abreu Jr. e coordenação técnica do arquiteto Carlos Lopes. A Mostra pretendia valorizar a rota cultural no Centro da cidade e preservar o patrimônio histórico da capital catarinense, revitalizando o prédio do MESC e entregando-o para uso da comunidade. O Curador da Mostra, Abreu Jr. enfatizou que o evento estava alinhado com a ideia de urbanismo do secretário de planejamento urbano, Dalmo Vieira, que pretendia dar nova vida à região leste do Centro de Florianópolis.

Um dos desafios desta edição é fazer com que as pessoas entendam que é necessário contribuir com aquela área do entorno do Mesc [...]. É preciso incentivar que as pessoas circulem mais como pedestres, sintam a cidade e valorizem a história. Temos sim é que promover passeios, quebrar preconceitos. Os arquitetos têm este papel [...] a exposição passa a não ser apenas de caráter estético. Segundo o curador, deve se deixar um legado, seja ele arquitetônico ou urbanístico. E isso só é possível devido às parcerias e à dedicação dos profissionais participantes. (ABREU JR, 2013)

Em artigo publicado na página do Museu (MAKOWIECKY, 2013), deixei claro que

estávamos lidando com melhorias, não se tratava de restauração e que esta será feita quando a Universidade conseguir viabilizar um projeto e dependerá, na sequência, de recursos externos e internos para sua concretização. Frisei ainda que o prédio do MESC é bem imóvel tombado e classificado como P1, que significa Tombamento total, externo e interno e, portanto, quaisquer obras que venham a ser realizadas no mesmo, necessitam de autorização e supervisão da Fundação Catarinense de Cultura e do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, do SEPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município(ele é tombado em nível estadual e municipal). É importante destacar que a UDESC foi procurada porque o SEPHAN a indicou ao grupo que realiza a Mostra Casa Nova. Era entendimento dos gestores da UDESC, que os arquitetos fariam uma interferência em prédios históricos, ajudando na recuperação destes monumentos, muitos relegados ao acaso. O prédio apesar de lindo e enorme, não dava visibilidade ao campo de pesquisa e memória pública, justamente porque poucos conheciam o Museu da Escola Catarinense; porque seu acervo não estava em condições de ser consultado, sobretudo o documental e seu aspecto físico merecia reparos urgentes.

Ele precisa de muita visibilidade. Ninguém preserva e gosta do que não conhece. Isso é ponto central nos afetos e na questão de preservação: ‘Quem gosta, cuida’. Como profissional da educação e pesquisadora, defendo a preservação do acervo do museu, no aspecto documental e arquitetônico. O projeto de conservação e restauro sem sombra de dúvidas, se guiará por princípios da historiografia da educação, bem como por princípios da museologia. Eu sempre defendi a profissionalização das áreas de conhecimento. O leigo, por desconhecimento, pode cometer muitos erros. [...] Fora o fato de que, com a Mostra, conseguiremos viabilizar como prioridade questões internas do Museu, como substituição de estruturas que estão seriamente danificadas, como janelas e vidraças, retirada de peças de madeira com cupins, tarefa a qual me dedico incansavelmente. Há muito que adiantar neste período e nada se dará por perdido, pois os ganhos são evidentes. (MAKOWIECKY, 2013)

Após o término do evento, os órgãos de preservação histórica fizeram vistoria no imóvel para determinar o que poderia permanecer e o que deveria ser retirado, pois o prédio tombado está inscrito na categoria P1. Todas as modificações e projetos tiveram que ser aprovadas por estes órgãos. Por este motivo muitos elementos da

Mostra, como por exemplo, a maioria dos revestimentos de paredes, foram retirados após o evento, ainda que alguns expositores desejassem deixar suas criações como benfeitorias para o museu. A análise feita pelos órgãos responsáveis permitiu que mais melhorias ficassem para o MESC, para além do que inicialmente se planejava. Benfeitorias realizadas a partir da Mostra, a exemplo da reforma interna com a pintura das paredes, o melhoramento dos pisos de madeira que foram lixados e encerados e o realinhamento das tubulações elétricas e hidráulicas, que ficaram como legado. A calçada de passeio em frente ao Mesc também foi trocada. Além disso, o Museu ganhou após o término do evento, banheiros novos, um café, uma lojinha e a iluminação da fachada, que ganhou pintura nova e projeto luminotécnico executado com tecnologia de vanguarda no Brasil. Também foram recuperadas as redes elétrica e hidráulica, projetos de prevenção de incêndio e vigilância sanitária, recuperação dos banheiros, dos pisos das salas, esquadrias de portas, janelas e vidros, além de outros. Importante mencionar também a execução e doação do projeto da Loja e Café do Museu, este último com projeto de autoria da arquiteta Beatriz Kubelka Fernandes, que foi agraciado com uma menção honrosa no 2º Prêmio Arquitetura Catarinense, na categoria “Projetos de Restauro e Conservação de Edificações e Sítios Históricos”. O museu recebeu também a execução e doação dos projetos dos banheiros. Em 2015, foi montada a exposição denominada “*Museu da Escola Catarinense em sobrevivências possíveis: Antes e Depois da Mostra Casa Nova 2013*”, com Curadoria de Francine Goudel, em que o visitante foi convidado a acompanhar o processo de transformação e melhoria que o Museu recebeu ao longo dos últimos dois anos. Esse registro, que hoje faz parte do acervo documental do Museu, foi feito pelas lentes dos fotógrafos Rogério F.G Jr e Célio Herardt da CR2 Fotografia (fig. 1). Nas imagens expostas foi possível observar quatro momentos distintos: como os ambientes se encontravam em 2012, o processo de acomodação do evento em 2013, os espaços montados para a Mostra e o uso e atribuições dadas aos mesmos espaços atualmente (figs. 2 a 10). A negociação para a realização da Mostra iniciou no mês de fevereiro e as obras no museu iniciaram em 01 de julho de 2013. Em prazo recorde, o ambiente foi totalmente recuperado. Ao final, vários questionamentos que cabem na discussão sobre patrimônio histórico merecem uma atenção, para além do fato em si e este é um dos objetivos deste

artigo, como já exposto.

Sobre o edifício

O edifício foi construído para abrigar a *Escola Normal Catharinense*, no final do século XIX (1892) e inaugurada no prédio do MESC em 1926. Neste momento estava sendo implantado um plano urbanístico para a cidade de Florianópolis que compreendia além do edifício sede da Escola, a ponte Hercílio Luz, ligação com o continente, o Palácio Cruz e Souza, palácio do governo entre outros. Em 1935, a *Escola Normal Catharinense* passa a ser o Colégio de Educação. O Colégio de Educação foi na realidade uma continuação da escola normal e originou-se de uma reforma no sistema de ensino. Em 1947 passa a se chamar Colégio Estadual Dias Velho. No início da década de 60 inicia-se a obra do atual prédio do Colégio e em 1963 o Colégio Estadual Dias Velho denominação recebida em 1947, deixava o prédio da Rua Saldanha Marinho para transferir-se para as modernas e amplas instalações da Avenida Mauro Ramos, cujas obras duraram mais de 10 anos e finalmente em 1969 passou a chamar-se definitivamente Instituto Estadual de Educação. Em 1964 passa a ser o endereço da Faculdade de Educação. Foi a primeira Faculdade de Educação do Brasil e mais tarde, dessa iniciativa nasceu a UDESC. A Faculdade de Educação funcionou nas dependências do prédio até 2007. O Museu da Escola Catarinense, criado em 1992 foi instalado definitivamente no prédio a partir de 2007, com destinação própria do prédio para este fim. Nesta data, o antigo prédio, que abrigou inicialmente a *Escola Normal Catharinense* e após diversas mudanças, foi destinado para a instalação do Museu da Escola Catarinense – MESC. O edifício encontra-se em local privilegiado localizado no alto de uma colina e marcada por estilo neoclássico, com colunas gregas ornamentais. A monumentalidade do prédio destinado ao Museu da Escola Catarinense é ainda mais ressaltada pelo porão alto, que a eleva ao nível da rua e justifica a escadaria de acesso localizada no centro da faixa principal. A parte frontal da edificação tem suas extremidades marcadas com módulos em ressalto, os quais se destacam do conjunto do prédio devido aos frontões e as platibandas mais elevadas, além das colunas duplas, com capitéis trabalhados. A fachada da edificação apresenta ainda um embasamento bastante alto, demarcado por bossagens abertas em vergas retas,

com sobrevergas trabalhadas e em arco abatido, um friso dividido em dois pavimentos, além de ornamentação em estuque. O espaço interno da edificação é belíssimo. Toda a circulação se dá em torno de um átrio aberto e iluminado por claraboia. Apresenta um desenho que foi muito utilizado em instituições de ensino e em mercados públicos. Toda a sua estrutura interna é de ferro, tanto as colunas, vigas, quanto o guarda-corpo da escada e circulação superior, este último todo trabalhado com desenhos de influência *art déco*. A edificação tem um alto valor para a paisagem urbana, por se localizar no eixo visual da rua Saldanha Marinho (via existente desde 1819), além de sua importância para a cidade de Florianópolis, pois está inserida no coração de seu centro histórico, rodeada por várias construções que datam da colonização. Através do Decreto Municipal nº 521/89, de 21 de dezembro de 1989 vários prédios integrantes do conjunto histórico do centro da cidade foram classificados, de acordo com sua importância histórico/arquitetônica, em categorias e o Museu da Escola Catarinense está classificado como P1. Estes são os imóveis, que pelo seu valor excepcional ou monumentalidade, são totalmente preservados tanto o interior como o exterior, não podem ser demolidos nem modificados.

Sobre a criação do MESC

A criação do Museu da Escola Catarinense teve como objetivo principal sua consolidação como espaço educativo não formal, responsável pela preservação do patrimônio cultural catarinense ligado a Educação. O Museu se restringe à Educação Escolar, delimitando com mais clareza seu objetivo e estabelecendo similaridade com outro museu desta natureza no Brasil, o Museu da Escola de Minas Gerais, primeiro no gênero no Brasil, que guarda a memória da educação escolar do Estado, com ênfase no trabalho do professor e no seu fazer cotidiano. O Museu da Escola de Minas Gerais possui um acervo de aproximadamente 5 mil peças, constituído por mobiliários, objetos escolares, livros, cadernos, cartazes, cartilhas, mapoteca, manuais de ensino, fotografias, documentos textuais e arquivo de depoimentos orais. O acervo hoje existente leva à esta direção, podendo se constituir-se como um Centro de Pesquisa sobre a história da educação escolar em Santa Catarina. O MESC integra oficialmente o Sistema Nacional de Museus, possui inscrição no Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e fez adesão ao Sistema Estadual de Museus em

2007. O Museu também pretende contemplar um centro cultural que possa abrigar exposições de artes plásticas e de outras naturezas, cursos, apresentações cênicas e musicais, bem como eventos culturais de forma ampla. Atualmente o MESC tem sido espaço para cursos de capacitação da própria universidade e tem feito parcerias com instituições ligadas à arte e museologia, bem como abrigado diversas mostras culturais. O Plano Museológico do MESC foi elaborado pela museóloga Elisa Guimaraes, juntamente com a equipe do Museu, em 2013.

Pressupostos para as teorias sobre restauro e preservação e sobre os conceitos

Desde o início da disciplina Conservação-Restauração, sempre estiveram presentes as orientações quanto à documentação e estudos preliminares para o entendimento dos aspectos formais, do projeto original, da epifania da obra e seu reconhecimento enquanto obra de arte, preceitos estes originados no Humanismo. Um projeto de restauro se define em sua maior parte pelo conhecimento do objeto através de documentos originais, desenhos, levantamentos fotográficos sistemáticos, arquivos documentais de reformas anteriores, mas também através da pesquisa histórica e dos trabalhos de prospecção. No caso do Museu da Escola Catarinense, nada disso foi possível constatar devido à ausência de documentação iconográfica acessível, sendo, portanto impossível avaliar a quantidade e qualidade das modificações que intervêm no prédio. Muito provavelmente foram inúmeras, apesar de que ainda preserva muito de sua estrutura original. Em artigo denominado “Gestão da Conservação-Restauração do patrimônio cultural: algumas reflexões sobre teoria e prática” (HANNESCH et al., 2012), encontramos uma síntese com reflexões sobre como as correntes teóricas do campo da conservação definem as práticas e os padrões das ações de intervenção no patrimônio cultural, que serviram de subsídio para grande parte deste texto. Os valores associados com patrimônio são influenciados por razões temporais, sociais e subjetivas. Como disciplina, a Conservação-Restauração ainda hoje enfrenta uma terminologia difusa no seu uso, que repercute nos equívocos e na compreensão que o público em geral faz destes termos. Os autores do texto mencionado em que nos baseamos para esta síntese, aplicam os termos Conservação – Restauração a fim deixar claro o uso dos dois

conceitos, isto é, a Conservação como mais abrangente, englobando a Restauração (ação restrita e especializada), e a conservação, tanto preventiva como curativa, porém com intervenções sobre o acervo ou ambiente. Outro conceito a mencionar é o de intervenção. Salienta-se que práticas interventivas sempre existiram. Muitas delas originadas de desenvolvimentos tecnológicos que foram assimilados rapidamente por inúmeros países, sendo que algumas práticas foram aplicadas sem o tempo de maturação necessário à avaliação dos seus efeitos em longo prazo e de acordo com padrões locais, ambientais e, porque não dizer, materiais, distintos de onde eles foram replicados. Como afirma Viñas (2003), com o restauro, a obra ganha outra dimensão e atualiza-se, nunca mais será como antes. Ressalta-se que existe uma preocupação cada vez maior com a autoria, os materiais originais, a investigação científica, a documentação e contextualização da obra. Porém, isto só respalda o partido da intervenção que depende dos pressupostos de cada época. A intervenção é, então, caracterizada pelo período em que foi realizada: materiais, técnicas, níveis de intervenção e por atitudes subjetivas, a partir de abordagens filosóficas particulares e individualizadas sobre a obra. O termo restauração preventiva, utilizado por Brandi (2004), embute diretrizes de observância à estética, à história, à função e à ambiência cultural. Vê o empirismo como inerente ao ato de intervenção, ao considerar que o restauro é um ato crítico no qual devemos dar atenção para o juízo de valor. Viñas (2003) direciona para a sociedade a corresponsabilidade da gestão da conservação, que deve subsidiar a intervenção. E com isto, surge outro conceito: valor simbólico. No final do século XX passamos a reconhecer a dimensão de outro valor inerente aos bens culturais, que até aquele momento não havia sido definido pelos teóricos de nossa área: o valor simbólico. Para Viñas (2006, p.41), sobre os objetos/monumentos históricos, nenhuma circunstância material justifica a preocupação porque seu valor é outro. Trata-se de um valor convencional, acordado e concedido por um grupo de pessoas (ou até mesmo por uma pessoa) e sobre este objetos se acrescentam uns valores que na realidade correspondem a sentimentos, crenças e ideologias, ou seja, a aspectos imateriais da realidade. É o entendimento do bem cultural em seu caráter simbólico e impregnado de sentidos, um conceito ainda não explicitado. Nesta linha, surge o conceito de intangibilidade. O Patrimônio Cultural Imaterial ou Intangível

compreende as expressões de vida e tradições que comunidades, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e passam seus conhecimentos a seus descendentes. Como atualizá-lo na dinâmica temporal, considerando sua materialidade e imaterialidade?

Uma breve síntese do percurso histórico e as correntes teóricas

De acordo com (HANNESCH et al., 2012), o interesse histórico e científico pelos monumentos antigos desenvolve-se no Renascimento e no período da Revolução Francesa se inicia o empenho e a intervenção do Estado pela preservação destes. Eugène Emmanuel Viollet-Le-Duc (1814–1879) (França) é um dos primeiros teóricos da restauração, fundamentando a intervenção no conhecimento do passado para, entendendo as intenções do autor e a lógica do projeto, recompor a construção para o que seria sua forma ideal: a pureza de estilo (Viollet-le-Duc, 2000). Procurava reunir o maior grupo de documentos e de documentação para entendê-la. Esse esforço em prol de uma pesquisa que fundamentasse as intervenções é considerado por muitos, seu principal legado. Para Choay (2006, p.158), “Reconstituindo um tipo, ele se mune de uma ferramenta didática que restitui ao objeto restaurado um valor histórico, mas não sua historicidade”. John Ruskin (1819–1900), Inglaterra, em oposição, difundia o absoluto respeito à matéria original e negava qualquer possibilidade de intervenção no edifício que não fosse apenas para sua manutenção. Propunha considerar e manter as alterações feitas em uma obra durante sua existência. “É uma concepção comum da arquitetura memorial que leva Ruskin a considerar os monumentos do passado como sagrados e intocáveis e Viollet a promover uma aproximação histórica e didática da restauração” (CHOAY, 2006, p.33). Camillo Boito (1836–1914), na Itália, defendia uma intervenção mínima – a essencial para que o edifício mantivesse a unidade de estilo, mas, se necessário, também a demolição de elementos acrescentados com o tempo (Boito, 2002). Considerava que toda adição de recomposição deveria ser claramente identificável, “consolidando uma via, conhecida na Itália como ‘restauro filológico’, que dava ênfase ao valor documental da obra” (KÜHL, 2008, p.19). Boito dirige-se para o valor documental dos monumentos: o respeito pela matéria original, à unidade de estilo e à distinguibilidade. Alois Riegel (1858–1905) diferencia os conceitos de monumento

e monumento histórico e os valores a eles inerentes, como os rememorativos e os de contemporaneidade e, assim, subsidia as novas premissas que sustentam o patrimônio e as categorias das intervenções, ao definir também o valor instrumental e o valor artístico relativo. “Ele demonstrou que em matéria de restauração não pode existir nenhuma regra científica absoluta, cada caso inscreve-se numa dialética particular de valores em jogo...” (CHOAY, 2009, p.35). O monumento histórico é para o Alois Riegl uma criação da sociedade moderna, um evento histórico localizado no tempo e no espaço. Nesse sentido, deve-se sublinhar que não existe para Riegl um valor artístico absoluto, mas apenas um valor relativo, desde que, no início do século XX, a crença na inexistência de um cânone artístico ou de um ideal artístico objetivo e absoluto paulatinamente se impôs à antiga tese de que havia um tal cânone (RIEGL, 2006). Com a segunda Grande Guerra Mundial, monumentos e coleções inteiras ficaram muito danificados, gerando um movimento de questionamento dos conceitos do "Restauro Científico" que exigiam postura de quase neutralidade do arquiteto/conservador em relação ao bem cultural. Uma nova postura prevaleceu, o Restauro Crítico, com uma atitude mais flexível por parte dos profissionais, principalmente europeus, face à pressão social e política pela recomposição de monumentos e objetos danificados. Em 1964, durante um congresso em Veneza, os princípios do Restauro Científico voltam a prevalecer, sendo ampliados e revistos na Carta Italiana de Restauro de 1972, por Cesare Brandi (2004). Brandi, acrescentou outras questões e reflexões aos que o antecederam, buscando entender a obra na sua materialidade e epifania, definindo que devemos restaurar a matéria da obra de arte, ou seja, sua estrutura, pois é sobre ela que devemos atuar; sem esquecer, entretanto, que esta restauração visa restabelecer a unidade potencial da obra, em toda sua manifestação, sem cometer o falso artístico ou o falso histórico. No final do século XX surge novo paradigma, cujo foco direciona-se a recuperar grandes volumes de acervos e edificações que foram danificados por questões climáticas, chuva ácida, entre outros, e que necessitam de longo prazo, alto custo e inúmeros especialistas para serem recuperados. Junta-se a esta dúvida o alargamento do conceito de patrimônio. A apropriação e destruição do patrimônio cultural em decorrência de guerras e invasões impulsionaram o advento das ‘cartas patrimoniais’, os esforços para aplicação de novos materiais de intervenção e os

novos métodos de exame e de tratamento com base científica (que é uma forte corrente já no século XX), posturas que refletem num período reconhecido como Restauro Científico, que suscita a reconstrução dos elementos materiais e do aspecto formal de prédios e cidades, com vista a recuperação de seu valor simbólico.

Esses profissionais gestores – restauradores, arquitetos, historiadores, administradores – demonstram-nos que as práticas têm acompanhado os valores intrínsecos em cada época e que os preceitos teóricos fazem parte dos desdobramentos que essas ações desencadeiam. Assim, apesar de intervir na materialidade, o que se deseja preservado ou conservado são os valores: temporais, sociais e subjetivos inerentes aos patrimônios culturais, decorrentes dos grupos sociais que os constroem. As características constitutivas do patrimônio, constatadas pelo olhar do final do século XX e início do século XXI, tais como ambiguidade, polissemia, materialidade, etc., requerem a ampliação do foco dos gestores para fora dos seus domínios de trabalho, em função do caráter inclusivo deste conceito, das categorias e dos seus limites. (HANNESCH et al., 2012)

Conclusão

A Conservação-Restauração deve buscar a adoção da prática segundo uma teoria, que lhe fundamenta e dá apoio à tomada de decisão e respaldo à opção escolhida. Dentro do panorama apresentado, entendemos a Conservação-Restauração não apenas como uma questão técnica, mas, como já afirmava Brandi (2004), uma ação crítica, a fim de estabelecermos nossas práticas e definirmos a base teórica considerada. Como não cristalizar o patrimônio do Museu da Escola Catarinense sem des-significá-lo? Como atualizá-lo na dinâmica temporal, considerando sua materialidade e imaterialidade? O que deveríamos fazer? Esperar por uma custosa e difícil restauração ou operar uma intervenção /recuperação preventiva?

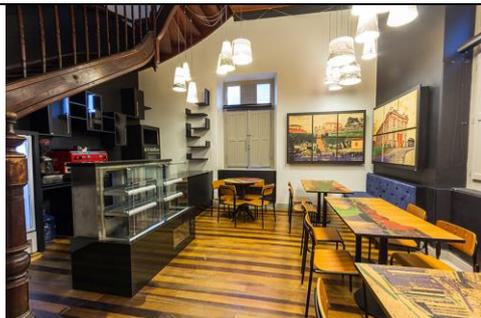
Salvo melhor juízo, entendemos que os órgãos que fizeram a supervisão, ou seja, a Fundação Catarinense de Cultura e o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, do SEPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município, optaram pelo termo restauração preventiva, conceito utilizado por Brandi (2004), que embute diretrizes de observância à estética, à história, à função e à ambiência cultural. Pois me parece que na recuperação preventiva realizada no

Museu, prevaleceu mesmo para sua recuperação os princípios do Restauro Científico da Carta Italiana de Restauro de 1972, por Cesare Brandi (2004), sem esquecer que esta restauração visava restabelecer a unidade potencial da obra, sem cometer o falso artístico ou o falso histórico. Sabemos que Brandi aplica o fundamento de que na obra de arte deve haver prevalência do critério estético sobre o histórico, pois o estético é sua função primordial. Percebemos também nos órgãos de supervisão, a preocupação por uma conservação, tanto preventiva como curativa, porém com intervenções sobre o acervo ou ambiente. Todavia, há que se ressaltar que em nenhum momento esses pressupostos foram explicitados nas análises. Evidente que talvez seja essa a prática usual de emissão de pareceres e laudos, mas eu gostaria de saber mais o que estava norteando as decisões. Concordamos também com Vinãs quando diz que sobre os objetos/monumentos históricos, nenhuma circunstância material justifica a preocupação porque seu valor é outro. Trata-se de um valor convencional, acordado e concedido por um grupo de pessoas e sobre este objetos se acrescentam uns valores que na realidade correspondem a sentimentos, crenças e ideologias, ou seja, a aspectos imateriais da realidade. É o entendimento do bem cultural em seu caráter simbólico e impregnado de sentidos, um conceito ainda não explicitado, denominado de “intangibilidade”. Não resta dúvida do valor simbólico daquele edifício, marco da educação de Santa Catarina, local da formação de inúmeros líderes e de pessoas que fizeram o Estado de Santa Catarina se destacar em vários setores da atividade humana, através do conhecimento. De modo geral, as pessoas que visitam o prédio se emocionam, mesmo quem nunca lá esteve. Outros lembram de seus tempos de outrora. De Riegl, retiramos a noção de que em matéria de restauração não pode existir nenhuma regra científica absoluta, cada caso inscreve-se numa dialética particular de valores em jogo, pois não tínhamos documentos históricos para uma análise adequada. A proposta de apresentar este trabalho constitui um “dar a ver” e registrar uma ação realizada, suas implicações e consequências. E ressaltar positivamente e sem restrição alguma, a parceria publico-privada realizada. Com esta transformação a UDESC não foi a única beneficiada. Florianópolis passou a contar com um espaço referência no segmento urbanístico, arquitetônico, artístico e cultural na cidade. Várias das questões complexas afetam o estudo que apresento.

Ele envolveu teorias e critérios de intervenção em obras consideradas patrimônio artístico e arquitetônico (mesmo que sem a devida visibilidade a todos os atores do processo), adequando ao uso na atualidade, equilibrando a intervenção entre os aspectos históricos e estéticos, com projetos aprovados pelos órgãos de preservação oficiais. Havia a percepção da sustentabilidade referente à reutilização de edifícios antigos e áreas urbanas já construídas. Era presente a necessidade de compatibilização e intervenção sustentável dos edifícios antigos às novas funções e necessidades. Discutimos o restauro e o *retrofit*, bem como estudos dos bens integrados em edifícios civis e estudo dos processos e produtos utilizados nestas intervenções, do elemento artístico móvel aos materiais que compõem estruturas, acabamentos e vedações. Não nos faltou debater com o grupo de arquitetos responsáveis pela Mostra Casa Nova, temas sobre a história da preservação das cidades e das atuais políticas de preservação do Patrimônio histórico construído, bem como da importância da Preservação do Centros Históricos - a história da preservação destes conjuntos e as políticas implementadas em âmbito mundial e nacional. As políticas dos órgãos de preservação de patrimônio: federal, estadual e municipal e as distintas legislações que protegem o patrimônio nas diversas instancias governamentais foram observadas, com atento acompanhamento por parte de todos. Avaliamos outras diferentes intervenções arquitetônicas sobre edifícios históricos e discussão de sua poética, bem como a avaliação das principais tendências contemporâneas mundiais. Falamos sobre o esvaziamento e degradação dos centros históricos das cidades brasileiras. A ideia era dar nova destinação ao prédio e contribuir para a revitalização do centro Histórico. Mesmo com todo esse envolvimento, a questão, diria eu, científica, ou seja, os pressupostos teóricos aplicados à conservação e recuperação preventiva do Museu deveriam ser mais explicitados, sobretudo visando futuras ações de conservação, preservação e restauro. É importante salientar que o imóvel recuperado é um bem público, todavia a parceria publico-privada foi um absoluto sucesso. Buscamos na recuperação preventiva do Museu, agregar forças contra a inevitável pulsão de morte, como nos diz Derrida: “A pulsão de morte é também uma pulsão de agressão e de destruição” (DERRIDA, 2001, p. 21-2). Segundo Freud (2006), só existe herança se houver promessa. Postas todas estas questões presentes nos significados atribuídos ao

patrimônio cultural com ênfase em políticas públicas de preservação, batalhas de memória e embates identitários, bem como tensões entre o público e o privado nos processos de patrimonialização, finalizamos dizendo que fizemos um pouco da nossa parte, como Universidade, em dar condições de sobrevivência a um prédio em constante pulção de morte. Todavia, existe um grupo que defende que o prédio deveria esperar pelo restauro definitivo e que se deveriam evitar recuperações preventivas. Pergunta-se: qual o melhor caminho? Ao nos depararmos com um prédio em estado de abandono, cabe esperar uma restauração completa ou cabe uma recuperação preventiva? E no segundo caso, quais normas e critérios são utilizados hoje no Brasil e como se dá o acesso a este tipo de informação? Como deveriam ser expressos os pareceres? Se para alguém sensível à causa e que participa destes debates, muita coisa não foi compreendida, como fica a população em geral? Existem normas bem rígidas ou as autorizações ficam a cargo do avaliador pelo órgão competente? Como participar destes processos de forma plena? Estas são apenas algumas das problematizações que o artigo apresenta.

<p>MESC/UDESC apresentam a exposição: Museu da Escola Catarinense em sobrevivências possíveis: Antes e Depois da Mostra Casa Nova 2013.</p> <p>A exposição reúne 120 imagens realizadas pelas lentes dos fotógrafos Rogério F. Gaudel Jr. e Célio Hieraró Jr. da CR2 Fotografia, sobre o processo de transformação, acomodação e melhorias que o Edifício do MESC recebeu para sediar a 12ª edição da Mostra Casa Nova - Grupo RBS, passando a ser em Florianópolis patrimônio referencial no segmento urbanístico, arquitetônico, artístico e cultural.</p>  <p>Evento Especial: Mutações 12ª edição. Exposição: Museu da Escola Catarinense em sobrevivências possíveis: Antes e Depois da Mostra Casa Nova 2013. Quando: 16 de março a 27 de julho de 2015. Local: Museu da Escola Catarinense - Rua Sidartha Moreira, 850 - Centro, Florianópolis. Entrada gratuita.</p> <p>Realização:  Produção:  Apoio: </p>	
<p>Cartaz da Exposição – Museu da Escola Catarinense em sobrevivências possíveis: antes e depois da Mostra Casa Nova 2013</p>	<p>Fachada com iluminação de projeto luminotécnico com lâmpadas LED – Allume arquitetura</p>



Café do Museu – projeto de autoria da arquiteta Beatriz Kubelka Fernandes



Lojinha do Museu – projeto de arquitetura de Marchetti-Bonetti



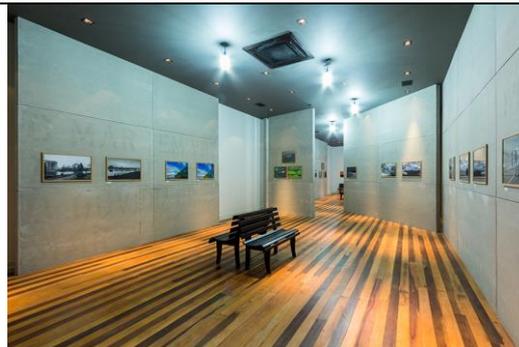
Camarim e banheiro masculino – piso superior



Banheiros feminino e masculino – mesmo projeto para o piso inferior



Sala expositiva acervo permanente



Sala expositiva Mutações

	
Hall central	Auditório e sala expositiva

Referências

- ABREU Jr . Prédio do Mesc no Centro Histórico de Florianópolis será palco da Mostra Casa Nova 2013. *Jornal Diário Catarinense*. 16. Jul.2013.
- BOITO, Camillo. 2002. *Os Restauradores: Conferência feita para a Exposição de Turim em 7 de junho de 1884*. Cotia/SP, Ateliê Editorial. p. 29-63.
- BRANDI, Cesare. 2004. *Teoria da Restauração*. Cotia/SP, Ateliê Editorial. 261 p.
- CHOAY, Françoise. 2006. *Alegoria do Patrimônio*. São Paulo, UNESP. 216p.
- DERRIDA, J. Mal de arquivo: uma impressão freudiana. R.J. Relume Dumará, 2001.
- FREUD, Sigmund. A interpretação dos sonhos. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. IV. Rio de Janeiro: Imago, 2006
- HANNESCH, Ozana Hannesch; SILVA, Elisabete Edelvita Chaves da; GRANATO, Marcus; CARVALHO, Ana Paula Corrêa de. Gestão da Conservação-Restauração do patrimônio cultural: algumas reflexões sobre teoria e prática. 1º Seminário da Rede Conservação. Olinda: 2012. Disponível em: <http://www.ceci-br.org/ceci/br/pesquisa/estudos/631.html>. Acesso em 09 mar.2015.
- JUKKA, Jokilehto. 2002. *Conceitos e idéias sobre conservação*. In: ZANCHETTI, Sílvio (org.). *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. UFPE.
- KÜHL, Mugayar Beatriz. 2008. Os restauradores e o pensamento de Camillo Boito sobre a Restauração. In: Boito, Camillo. 2008. *Os Restauradores conferência feita para a Exposição de Turim em 7 de junho de 1884*. Cotia, SP, Ateliê Editorial, p. 9-28.

MAKOWIECKY, Sandra. O que é a Mostra Casa Nova e porque o Museu da Escola Catarinense irá sediá-la e suas consequências. 21 maio 2013. Disponível em <http://www.museudaescola.udesc.br/index.php?option=com_content&view=article&catid=44:exposicoes-no-museu&id=148:o-que-e-a-mostra-casa-nova-e-porque-o-museu-da-escola-catarinense-ira-sedia-la-e-suas-consequenciaspor-sandra-makowiecky>. Acesso em 21 mai.2015.

RANCIÈRE, Jacques. O espectador emancipado. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

VINÃS, Salvador Muñoz. 2003. *Teoría contemporánea de la restauración*. Madrid, Editorial Síntesis. 205 p.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. Cotia, Ateliê Editorial, 2000. 70 p.

Sandra Makowiecky

Professora de Estética e História da Arte do Centro de Artes da UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis – Santa Catarina – Brasil e do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, na linha de Teoria e História da Arte. É membro da Associação Internacional de Críticos de Arte – Seção Brasil Aica UNESCO. Membro do Comitê Brasileiro de História da arte. Associada da ANPAP.